

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo de Sindicância nº. 07/2021

Interessada: Controladoria Interna Municipal

EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA. INOBSERVÂNCIA DE PRECEITO LEGAL. AQUISIÇÕES DESACOBERTADAS DE CONTRATO. DETERMINADA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA DE NATUREZA ACUSATÓRIA COM INDICIAÇÃO.

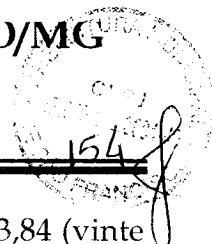
Relatório

Cuidam-se os autos de solicitação formalizada pela Controladoria Interna Municipal, na qual apontou irregularidade na aquisição de oxigênio gasoso e ar medicinal, perante a empresa White Martins Gases Industriais Ltda., no valor global de R\$ 125.474,65 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), desacobertos de contrato, no período de 27/10/2017 a 04/05/2018 (fls. 55/56).

Consta dos autos que foi solicitado pela empresa White Martins Gases Industriais Ltda., por meio do Processo nº. 1.281/2018, autuado por meio do Protocolo Geral em 21/06/2018, no qual apresentou notas de empenho e anulação seguintes:

- 1) empenho nº. 000732, de 08/01/2019, no valor de R\$ 47.231,60 (quarenta e sete mil, duzentos e trinta e um reais e sessenta centavos);
- 2) empenho nº. 007188, de 04/09/2018, no valor de R\$ 90.881,60 (noventa mil, oitocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos) e sua anulação nº. 015800, de 17/12/2018, no valor de R\$ 23.623,80 (vinte e três mil, seiscentos e vinte e três reais e oitenta centavos);


Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



- 3) Empenho nº. 000073, de 03/01/2019, no valor de R\$ 23.623,84 (vinte e seis mil, seiscentos e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos);
- 4) Empenho nº. 007186, de 04/09/2018, no valor de 10.930,00 (dez mil, novecentos e trinta reais) e sua anulação nº. 016390, de 31/12/2018, no valor de R\$ 2.480,00 (dois mil, quatrocentos e oitenta reais);
- 5) Empenho nº. 000072, de 03/01/2019, no valor de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais).

Encaminhados os autos ao Contador Geral, este informou em 28/06/2018, que não constava registro dos créditos solicitados pela requerente.

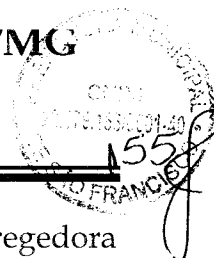
Acostou-se aos autos trecho da Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial nº. 06/2018, bem como parecer jurídico solicitando a manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, no tocante à notas fiscais emitida.

Consta dos autos, à f. 19, relatório de fornecimento, compreendendo o período de 27/10/2017 a 04/05/2018, que totaliza R\$ 125.474,65 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e quatro reais de sessenta e cinco centavos) e notas fiscais emitidas, nas quais constam carnhotos de entrega nos quais consta o recebimento, ora de Edilenio Nereu, ora Gislenio Nereu e Nereu Gislenio Mendes, porém com assinaturas em grafia semelhantes e ainda em nome de Robson Santos (fls. 19/46).

O Setor de Contabilidade manifestou-se informando que as notas fiscais não foram empenhadas (f. 47).

Acostou-se novo parecer jurídico, manifestando-se pelo pagamento do correspondente a R\$ 99.471,45 (noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos), independente de autorização legislativa, tendo em vista que as despesas se deram no corrente exercício à época (2018), bem como pelo reconhecimento de dívida referente ao valor correspondente ao exercício de 2017 (fls. 48/50).

Consta dos autos a Lei 3.166/22018, que promoveu a alteração do art. 1º. da Lei 3.162/2018, fazendo constar o reconhecimento da dívida perante a empresa, no total de R\$ 26.003,20 (vinte e seis mil, três reais e vinte centavos), sem mencionar a correspondência, juntando-se o termo firmado e documentação contábil comprobatória (fls. 51/61).



Oficiado ao Secretário Municipal de Saúde, pela Corregedora Municipal, foi apresentada resposta por meio do Ofício GAB-SEMES Nº. 1500-B/2019, em 09/10/2019, informando que tanto ele quanto o seu antecessor, Denerson Valadares Canabrava, tomaram as devidas providências a fim de que fosse provido o atendimento do hospital municipal, tendo em vista que promoveram as solicitações a fim de que fosse licitado o oxigênio e ar medicinal (fls. 68/75).

Consta dos autos ofícios encaminhados pelo Gestor de área, Renato Carlos Cesar de Lima, ao servidor José Pereira dos Santos Neto, encaminhando a estimativa para aquisição de oxigênio para os anos de 2017/2018, em 05/12/2017 (f. 73), bem como ao Secretário Municipal de Saúde, solicitando o aditamento do contrato em 20% do valor, em 14/12/2017, sob a justificativa de que o saldo não seria suficiente para completude do exercício financeiro (f. 75).

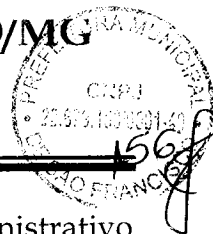
A Corregedora Municipal oficiou ao Departamento de Compras e Licitações solicitando esclarecimentos acerca do processo para aquisição de gases medicinais sem a previsão contratual, bem como sobre a aquisição sem contrato, em 03/02/2018 (f. 76), oficiado ainda à Secretária de Administração e Finanças, solicitando-se cópias das atas de registro de preços e dos termos aditivos (f. 77).

O Presidente da Comissão de Licitações informou que tomou conhecimento apenas do ofício que solicitou a estimativa, afirmando ter sido atendido no processo nº. 09/2018, Pregão nº. 06/2018.

O servidor Charley Souza Mota encaminhou cópias das atas referentes ao Pregão 01/2016 e Pregão 06/2018, firmadas com a empresa White Martins Gases Industriais Ltda. e Gasmontes Comércio e Transportes Ltda. - ME (fls. 80/117).

Promovida a instrução processual, foram ouvidos, Alex Sander Bandão Braz, Denerson Valadares Canabrava e João Rodrigues de Almeida Filho.

As declarações de Alex Sander, que era responsável pelo setor de regulação do TFD, tendo retornado ao Hospital somente em março de 2018, foram de que nunca desempenhou atividade de controle de oxigênio, não tendo conhecimento de aquisição desacobertada de contrato. Informou que são deixados aproximadamente 45 (quarenta e cinco) cilindros, que suportam a demanda durante 7 dias, ficando o fluxo do recebimento sob a responsabilidade dos servidores lotados na portaria, restando o



controle do saldo ao setor de compras central da prefeitura, não ao setor administrativo do hospital.

O servidor Denerson Valadares Canabrava, Secretário de Saúde à época da ocorrência constante dos autos, informou que esteve à frente da secretaria entre maio de 2017 e setembro de 2018, não havendo processo licitatório nesse período, mas afirmou ter recebido comunicado do diretor do hospital, Renato Cesar, sobre alerta da empresa fornecedora de oxigênio, de que interromperia o fornecimento oxigênios, gases e ar medicinal, caso não houve o pagamento, não se recordando se o quantitativo havia acabado. Afirmou que imediatamente encaminhou solicitação ao setor de compras central para formalização do processo licitatório. Disse o depoente não se recordar quem fazia o fluxo de levantamento de quantitativo, recordando-se de que toda a demanda aera feita pelo diretor do hospital e que Renato havia informado sobre o período sem contrato, mas que havia processo licitatório em andamento. Afirmou que foi alertado por Joãozinho, que hoje é o Secretário de Finanças, sobre a aquisição sem contrato e que havia a necessidade do reconhecimento de dívida. Afirmou que não havia autonomia dos secretários para a gestão de contratos e despesas.

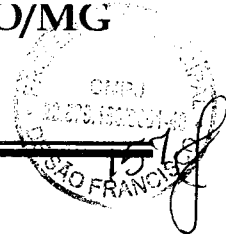
O servidor João Rodrigues de Almeida Filho informou ter alertado à época sobre o excesso de prazo e o consume de bens sem acobertamento de contrato e que havia um processo para reconhecimento de dívida paralisado no setor de Controle Interno. Declarou que o período de aquisição desacobertado de contrato deu-se antes do seu ingresso no setor, tendo intermediado apenas a liberação do processo de reconhecimento de dívida pelo Controlador Interno, Cláudio e não se recorda se havia liquidante à época.

A Superintendente do hospital municipal informou que o acompanhamento do abastecimento do objeto deste processo é feito pelos servidores que estiverem na portaria (f. 144).

Elaborado o relatório final pela Comissão Sindicante, entendo ter havido desídia por parte do secretário à época, visto que não restou comprovada qualquer ação efetiva de sua parte para solucionar o problema, opinando pela sua indicição, por violação ao art. 154, I e 155, XII, e XX, da Lei Complementar nº. 23/2015.

É o relatório.

Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



Fundamentação

Os fatos apresentados nestes autos compreendem o descumprimento do disposto na Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2015:

154. São deveres do servidor:

I - observar as leis e os regulamentos;

[...]

XI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades ou as ilegalidades de que tiver conhecimento em razão do cargo ou função;

[...]

155 - É proibido ao servidor:

[...]

XII - deixar de observar a lei, em prejuízo alheio ou da administração municipal;

[...]

XX - proceder de forma desidiosa.

Os fatos imputados, conforme documentação acostada, demonstram que houve desídia na formalização do processo de compra, a fim de instrumentalizar o procedimento licitatório para regulamentação da aquisição de gases medicinais, para atendimento ao Hospital Municipal Dr. Brício de Castro Dourado.

Observando-se o que regulamenta a Lei 8.666/93, no tocante às contratações públicas, assim prescreve acerca da formalização dos contratos e seus aditamentos:

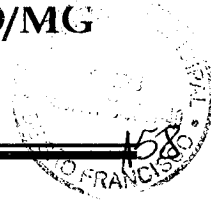
Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.

Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento.

[...]

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 1º. A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.



[...]

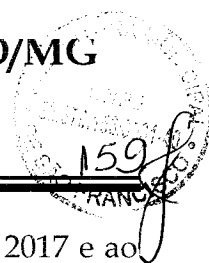
§ 4º. É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

Acerca das práticas aqui descritas, assim decidiu o Tribunal de Contas de Minas Gerais:

CONSULTA. CONTRATOS COMPLEXOS ENVOLVENDO VÁRIOS ITENS. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS. COMPENSAÇÃO ENTRE SUPRESSÕES E ACRÉSCIMOS DOS ITENS. RESPEITO AOS LIMITES PERCENTUAIS. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS UNITÁRIOS. AMPLA PESQUISA DE PREÇOS. OBSERVÂNCIA DO ART. 3º DA LEI N. 8.666/93. 1. Não há empecilho para a compensação entre supressões e acréscimos dos itens que compõem o objeto do contrato, desde que não haja descaracterização do objeto licitado nem prejuízo aos princípios que regem a licitação, devendo a alteração contratual ter motivação adequada e ser devidamente justificada em pareceres técnicos. 2. As alterações contratuais devem respeitar os limites percentuais estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei de Licitações, que incidem sobre o valor global do contrato, ressalvadas as supressões decorrentes de acordo celebrado entre os contratantes, previstas no inciso II do § 2º do art. 65 da Lei n. 8.666/1993. 3. A Administração Pública deve adotar medidas para evitar o jogo de planilha, mediante o estabelecimento, no ato convocatório, de critérios de aceitabilidade de preços unitários, condizentes com os valores praticados no mercado apurados mediante ampla pesquisa, sobretudo quando se tratar de contratações de obras e serviços de Engenharia. 4. A mera observância dos limites percentuais, previstos no § 1º do art. 65 da Lei de Licitações, não exime os atores públicos e privados envolvidos na contratação de responder pela violação aos princípios elencados no art. 3º da Lei n. 8.666/1993, especialmente os da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, da legalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa e da vinculação ao instrumento convocatório, nem os isenta da responsabilidade pelos danos a serem apurados no âmbito do controle externo ou judicial por desvio de poder ou de finalidade. 5. Decisão por maioria de votos. (TCE-MG - CONSULTA: 932484, Relator: CONS. CLÁUDIO TERRÃO, Data de Julgamento: 13/07/2016, Data de Publicação: 02/09/2016)

A decisão do TCE/MG demonstra a necessidade da obediência aos limites contratuais, para efeitos de elaboração de termos aditivos, aceitas compensações por supressão.

O que se observa dos autos, apesar de haver sido informado que houve a tomada de providências pelo diretor do hospital e secretário de saúde à época, isso não se comprova dos autos, tendo em vista que, conforme relação de notas fiscais emitidas, desacobertada e empenho, conforme informou o Contador-Geral, as aquisições desacobertada iniciaram-se 27/10/2017, ao passo que o ofício encaminhado



pelo Superintendente Renato ao setor de compras deu-se somente em 05/12/2017 e ao Secretário Municipal de Saúde em 14/12/2017, no qual solicita a revisão e substituição parcial da rede de oxigênio, sendo que afirmou em ofício encaminhado à Corregedora Municipal de que tomou conhecimento dos vazamentos na rede logo que assumiu em julho de 2017.

Desta forma, verifica-se da relação de f. 19, que até o final de 2017 já havia sido adquiridos 11 (onze) fornecimentos, totalizando R\$ 26.003,20 (vinte e seis mil, três reais e vinte centavos) de gases medicinais desacobertados de contrato.

Considerando que as atas de registro de preços acostadas demonstram que o fornecimento no ano de 2017 havia sido resultante da contratação do saldo remanescente da ata n°. 20/2016, formalizada em 08/03/2016, por meio do Pregão Presencial n°. 01/2016, elaborado instrumento contratual sob o n°. 63/2016, em 15/03/2016, contratado o correspondente a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens 01 (ar medicinal 6m³) e 02 (oxigênio gasoso medicinal 10m³) e a integralidade do item 03 (oxigênio gasoso industrial 10m³).

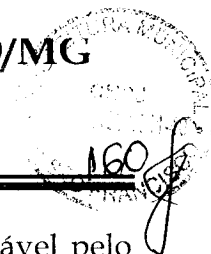
Observa-se que em agosto de 2016 foi formalizado o primeiro termo aditivo de valor ao contrato, acrescendo ao item 01 o correspondente a 7,79% (sete inteiros e setenta e nove décimos percentuais) do valor global do contrato, acrescendo-se ainda em segundo termo aditivo, 2,134% (dois inteiros e cento e trinta e quatro décimos percentuais) referentes ao item 03, do contrato.

Firmou-se em 03/01/2017 instrumento contratual para aquisição do quantitativo remanescente da ata de registro de preços n°. 20/2016 sob o n°. 06/2017 (fls. 96/100).

Observa-se que foi formalizada novas atas de registro de preços, em 15/03/2018, sob o n°. 04/2018, com a empresa Gasmontes Comércio e Transportes Ltda. - ME e n°. 05/2018, firmada com a White Martins Gases Industriais Ltda., por meio do Pregão 06/2018, não tendo sido comprovada qualquer contratação durante o ano de 2017.

Sendo assim, restou comprovado que apesar da vigência contratual, o quantitativo dos itens 01 e 03, não foram suficientes para atender ao hospital no exercício de 2016, tendo sido necessário o aditamento de valor no importe de 9,927% (nove inteiros e novecentos e vinte e quatro décimos percentuais), o que não se

Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



observou no ano de 2017, mesmo tendo sido pontuado pelo próprio responsável pelo hospital, que havia sido detectado vazamentos na rede de distribuição dos gases, o que já demandaria providências para o acobertamento do fornecimento. Ao contrário disso, porém, vê-se que apenas no início do mês de dezembro de 2017 é que foi solicitado o aditamento ao contrato firmado, bem como levantamento de estimativa para realização de novo procedimento licitatório, que não seria possível ser concluído ainda no ano de 2017, fato comprovado, visto que foi concluída nova contratação apenas em março de 2018.

As condutas demonstradas ensejam, ainda a observância do que consta da Lei 8.429, de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre a prática de improbidade administrativa:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

[...]

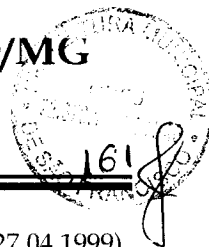
IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

O que consta dos autos demonstra que houve a autorização para o fornecimento de oxigênio e ar medicinal desacobertado de contrato, posto que o secretário à época reconhece que foi alertado acerca da expiração do quantitativo previsto no contrato, não tendo restado comprovada qualquer providência para sanar o problema, o que induz ao entendimento de que houve a desídia por parte do secretário.

Observada a competência desta Corregedoria, no tocante ao processamento em face de secretários municipais, observado o que consta da Lei Orgânica Municipal, tem-se que: "Art. 106 - Compete privativamente à Câmara Municipal: [...] XII - processar e julgar o Prefeito, Vice-Prefeito e o Secretário Municipal nas infrações administrativas;"

À análise da questão, cabe elencar o Parecer-MP/CGU/AGU nº 01/2010:

9. A quem compete julgar o PAD - É certo que, nos casos de demissão do servidor, que constitui a proposta constante do relatório, a competência é sempre do Presidente da República (art. 141, I). Contudo, o Senhor Presidente



da República a delegou aos seus Ministros (Decreto n. 3.035, de 27.04.1999), para, 'no âmbito dos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional que lhes são subordinados ou vinculados' (art. 1º), 'julgar processos administrativos disciplinares e aplicar penalidades, nas hipóteses de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidores' (art. 1º, I). 10. Então, se o processo devesse ser a ele remetido, nenhuma dificuldade quanto à competência surgiria. A dificuldade nasceu da delegação cometida a seus Ministros, para que agissem 'no âmbito dos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional que lhes são subordinados ou vinculados'. Em sendo assim, parece-me que, se o servidor tivesse permanecido na CVM [Comissão de Valores Mobiliários], não haveria dúvida de que o Ministro competente, em razão da delegação, seria o Ministro da Fazenda. Tendo, porém, o servidor assumido cargo na Agência Nacional do Petróleo, não pode o Ministro da Fazenda julgar o processo, sob pena de transpor os lindes da delegação que lhe foi outorgada e que está limitada aos órgãos que lhe são subordinados. 11. Em assim sendo, o Ministro competente para agir em nome do Presidente é o Senhor Ministro de Minas e Energia, já que o servidor que responde ao processo não tem mais nenhuma vinculação com o cargo que anteriormente ocupava, e que, hoje, é servidor efetivo da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, autarquia vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

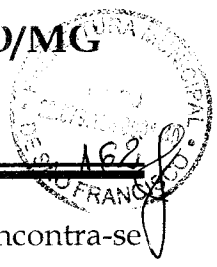
O Superior Tribunal de Justiça forma entendimento na mesma linha:

Ementa: Mandado de segurança. Administrativo. Ministro dos Transportes. Ex-servidores do DNER. Procedimento administrativo. Apuração das irregularidades possivelmente cometidas quando no exercício das respectivas funções. Possibilidade. Ausência do alegado direito líquido e certo. Não se vislumbra o alegado direito líquido e certo, considerando que a Administração está, no exercício de seu direito, apurando as possíveis irregularidades dos impetrantes, quando no exercício de suas funções. Ordem denegada. (BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. MS no 9.497. Relator: Ministro José Arnaldo da Fonseca, julgado em 10/3/2004, publicado em 18/10/2004).

Incumbe-nos também analisar o que consta do Enunciado CGU nº 2, de 4 de maio de 2011 aprovado pela Comissão de Coordenação de Correição (CCC) da Controladoria-Geral da União, que assim disciplina:

EX-SERVIDOR. APURAÇÃO. A aposentadoria, a demissão, a exoneração de cargo efetivo ou em comissão e a destituição do cargo em comissão não obstam a instauração do procedimento disciplinar visando à apuração de irregularidade verificada quando do exercício da função ou cargo público. Enunciado CGU nº 2, publicado no DOU de 5/5/11, seção 1, página 22.

O que se dispõe demonstra que apesar dos fatos terem ocorrido por ocasião em que o servidor, Denerson Valadares Canabrava, exercia havia sido nomeado para o cargo de Secretário Municipal de Saúde, pertencendo ao quadro permanente de



servidores deste município, tendo sido reconduzido ao seu cargo efetivo, encontra-se submetido aos regramentos da Lei Complementar nº. 23/2015 - Estatuto dos Servidores Municipais, constituindo-se competência desta Corregedoria a apuração das faltas por ele cometidas em razão do exercício da função.

Conclusão

Por todo o exposto, verifica-se que restou comprovada a aquisição desacobertada de contrato, no importe de R\$ 125.474,65 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), entre os meses de outubro de 2017 e maio de 2018, por inobservância de preceito legal que determina a necessidade de previsão contratual para se contrair despesas, no tocante às aquisições de oxigênio gasoso e ar medicinal, que foram adquiridos em patamar superior ao previsto no instrumento contratual, restando deflagrada a desídia em não promover as medidas necessárias, seja para aquisição emergencial, seja para a formalização do procedimento licitatório em tempo hábil, apurada a materialidade, configurando a infração ao disposto no art. 154, I e 155, XII e XX, ambos da Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2015.

Desta forma, demonstrado o descumprimento de preceito legal e a desídia funcional, agregados ao prejuízo ao atendimento ao princípio da eficiência dos atos públicos, apurou-se o indício da autoria pelos então servidores, RENATO CARLOS CESAR DE LIMA e DENERSON VALADARES CANABRAVA, respectivamente Superintendente do Hospital Municipal Dr. Bricio de Castro Dourado e Secretário Municipal de Saúde.

Quanto a **Renato Carlos Cesar de Lima**, restou demonstrado não pertencer aos quadros de servidores deste município, o que inviabiliza a aplicação de penalidade por este órgão correcional, devendo, no entanto, fazer constar a presente decisão de sua pasta funcional, bem como devendo ser encaminhada cópia integral do procedimento à Procuradoria Jurídica Municipal, a fim de que analise a viabilidade de propositura ação com vistas à penalização de sua conduta, tanto em âmbito judicial, quanto perante o órgão competente de fiscalização externa.



1638


O ex-Secretário de Saúde, **Denerson Valadares Canabrava**, no entanto, permanece vinculado ao quadro permanente de servidores deste município, em face do prazo legal para a conclusão do feito, deverá ser instaurada Sindicância de natureza acusatória, com o seu indiciamento, a fim de que responda acerca das faltas funcionais constantes do art. 154, I e art. 155, XII e XX, da Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2015, a fim de oportuniza-lo ao exercício da ampla defesa e contraditório.

Faz-se necessário encaminhar orientação à Secretária Municipal de Saúde no tocante às cautelas necessárias a serem promovidas pelo Departamento de Compras para a análise dos quantitativos dos insumos nos instrumentos contratuais vigentes, bem como à acerca dos critérios para o recebimento e acompanhamento da execução contratual e das competências imputadas aos servidores liquidantes de despesas, a fim de coibir ocorrências futuras da mesma natureza.

Intime-se o Controlador Interno, com cópia da presente decisão.

Intime-se. Cumpra-se.

São Francisco/MG, 28 de setembro de 2021.


Josefa Vieira Mendes
Corregedora Municipal